

5

O Negro em cena: uma proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro (TEN).

“A alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra”. (Paulo Freire, 2001)

“A educação é sempre um ato político. Aqueles que tentam argumentar em contrário, afirmando que o educador não pode ‘fazer política’, estão defendendo uma certa política, a política da despolitização”. (Moacir Gadotti, 1979)

Este capítulo pretende analisar a dimensão educativa do Teatro Experimental do Negro à luz de documentos levantados no IPEAFRO e de reportagens do Jornal *Quilombo*, que se constituiu como um veículo informativo da imprensa negra, cujo teor educativo merece destaque nesta pesquisa.

Selecionamos o período entre 1944 e 1950 por ser o de maior atuação pedagógica e ascensão do TEN, tendo em vista seus principais objetivos de combate ao racismo e reivindicação de uma identidade negra e não mestiça.

Para tanto, selecionamos as seguintes atividades: as aulas de alfabetização e iniciação cultural realizadas entre 1944 a 1946; os concursos de estética (‘Rainha das Mulatas’ e ‘Boneca de Pixe’) de 1947 a 1950; a Iª Conferência Nacional do Negro (1949) e o Iº Congresso do Negro Brasileiro (1950).

5.1

Aulas de alfabetização e iniciação cultural

Ao fundar o Teatro Experimental do Negro, seu principal articulador, em entrevista concedida a um importante jornal carioca, enfatizou que a educação seria a bandeira de luta do TEN, cujo principal objetivo seria o esclarecimento do povo:

“Quando fundamos o Teatro Experimental do Negro, ficou desde logo estabelecido que o espetáculo, a pura representação, seria coisa secundária. O principal, para nós, era a educação, e esclarecimento do povo. Pretendíamos dar ocasião aos negros de alfabetizar-se com conhecimentos gerais sobre história, geografia, matemática, línguas, literatura, etc. Por isso, enquanto a União Nacional dos Estudantes nos cedeu algumas de suas inúmeras salas, pudemos executar em parte esse programa”.³¹

³¹ IPEAFRO, ‘Teatro Experimental do Negro. Origem – nenhum auxílio do governo – O’Neill para os negros’, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1946.

Para atrair a população interessada, as inscrições para as aulas de alfabetização e iniciação cultural eram publicadas em jornais cariocas e muitos operários, empregadas domésticas e até funcionários públicos procuraram a entidade para se inscrever.³² Cerca de seiscentas pessoas se inscreveram no curso de alfabetização do TEN. Estas aulas de alfabetização consistiam, como já apontamos, na leitura de peças teatrais, como uma estratégia para memorização dos diálogos elaborados e como forma de conscientização, pois a alfabetização, na perspectiva de Paulo Freire (2001): “é um ato de conhecimento e criador (p. 19)”. Assim, a alfabetização consiste num ato de conhecimento e democrático, inserindo o sujeito no mundo que o cerca.

As aulas de alfabetização do TEN eram complementadas com a presença de convidados, que proferiam palestras temáticas, como por exemplo: História do Teatro, Decoração, Cenografia, Literatura Dramática e outros. Este projeto pedagógico do Teatro Experimental do Negro mereceu uma apreciação de um diário carioca, *O Jornal*, que chegou a caracterizar a iniciativa educativa da entidade como uma grande escola de artes cênicas.

“Poderia dizer que ele está promovendo um ‘13 de Maio’ espiritual (...) O TEN pretende não apenas melhorar o nível intelectual do negro, mas de todos nós. Sua intenção não é racista. Não quer o negro culto e bem falante para resguardá-lo do desprezo do branco (...). O que eles pretendem é fazer com que o negro perca, para proveito próprio e de todos nós, a rudeza mental – herança obrigatória da escravidão – e acerte o passo com os seus irmãos. Pensam que lapidando uma parcela da população – justamente a mais atrasada, por motivos histórico-sociais – concorrem para a melhoria do conjunto. Por outro lado, eles sabem que somente valorizando o negro poderão ferir de morte o reacionário preconceito de cor. (...). No entanto, não dispondo de uma sede, o TEN, ainda não pode reorganizar os seus cursos, que visam a formação de uma grande escola de artes cênicas: a) Alfabetização – funcionando normal e permanentemente para crianças e adultos de ambos os sexos; b) Línguas; c) Dicção, Empostação de Voz e Declamação; d) Música e Canto Coral; e) Dança; f) Interpretação; g) Decoração, Vestuário e Cenografia; h) Direção de Cena; i) História do Teatro e Literatura Dramática; j) Conferências sobre assuntos dramáticos e de ordem geral”.³³

³² Na pesquisa realizada no IPEAFRO não encontramos estas reportagens de jornal e nem registros destas aulas de alfabetização. O que temos como material de análise são depoimentos de Ruth de Souza e Abdias do Nascimento, além de artigos de Ironides Rodrigues para uma melhor apreciação deste curso.

³³ IPEAFRO, ‘Instrui e valoriza o negro numa compreensiva campanha cultural’, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1949.

Esta reportagem reflete um aspecto importante da proposta pedagógica do Teatro, que consiste em tornar públicas as demandas da comunidade negra, tendo em vista a conscientização da população como um todo, incluindo negros e brancos. Esta conscientização visava orientar a população negra sobre seu protagonismo, como sujeito construtor do legado cultural brasileiro e de sua ‘identidade negra’ e, por outro lado, de ‘reeducar o branco’ desfazendo os estigmas e estereótipos construídos em torno da imagem negra. Assim, a proposta pedagógica do Teatro consistia em reeducar o negro e o branco, denunciando a discriminação racial.

No plano cultural, a valorização de uma ancestralidade dita africana estava presente neste programa educativo, tendo em vista a busca por reconstruir uma memória ancestral ligada ao continente africano, à “mãe África”. Devido a este fato, muitas das peças escolhidas pelo Teatro para encenação e montagem apresentavam como temática a religiosidade africana. A leitura destes textos nos cursos de alfabetização e iniciação cultural era uma constante, conforme nos aponta Ironides Rodrigues, em artigo publicado em 1998. Cabe reproduzimos um trecho deste depoimento, na medida em que temos poucos registros deste curso de alfabetização:

“O Teatro Experimental do Negro tinha por base o teatro como um veículo poderoso de educação popular. Tinha sua sede num dos salões da União Nacional dos Estudantes, onde aportavam, dos subúrbios e dos vários pontos da cidade, operários, domésticas, negros e brancos de várias procedências humildes. Ali, a pedido de Abdias, ministrei por anos a fio, um extenso curso de alfabetização em que, além dos rudimentos de português, história, aritmética, educação moral e cívica, ensinei também noções de história e Evolução do Teatro Universal, tudo entremeado com lições sobre folclore afro-brasileiro e as façanhas e lendas dos maiores vultos de nossa raça. Uma vez por semana, um valor de nossas letras ali ia fazer conferência educativa e acessível àqueles alunos operários que, até altas horas da noite vencendo um indifarável cansaço físico, ali iam aprendendo tudo o que uma pessoa recebe num curso de cultura teórica e, ao mesmo tempo prática. Como aprendizado das matérias mais prementes, para um alfabetizado, havia a leitura, os ensaios e os debates de peças como o *Imperador Jones* de Eugene O’Neill, *História de Carlitos* de Henrique Pongetti, *História de Perlinplin* de Garcia Lorca, *Todos os filhos de Deus tem asas*, *Moleque Sonhador*, *Onde está marcada a cruz*, todas as peças de forte conteúdo racial e humano de Eugene O’Neill (Ironides Rodrigues, p. 210-11)”.³⁴

³⁴ RODRIGUES, Ironides. Diário de um negro atuante (1974-1975), *THOT*, nº05, Brasília: Gabinete do Senador Abdias do Nascimento, 1998.

Como observamos no depoimento de Ironides Rodrigues, a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro consistia num projeto popular, direcionado à massa trabalhadora. No aspecto metodológico, as aulas aliavam arte-educação, privilegiando a temática teatral como estratégia para conscientização e reeducação da população negra. Assim, o projeto pedagógico do TEN era um projeto voltado para emancipação da comunidade negra, tendo em vista o combate ao racismo e a construção de uma identidade negra. Para alcançar estes objetivos, era preciso que o negro fosse um conhecedor das suas matrizes culturais africanas e do seu protagonismo na construção do patrimônio histórico brasileiro.

A natureza pedagógica do Teatro Experimental do Negro vem merecendo destaque, atualmente, por parte de pesquisadores e estudiosos de distintas áreas do conhecimento, tendo em vista a articulação entre arte-educação como forma de mobilização popular nos anos 1940.

Outro debate que se consubstancia é o surgimento da discussão do multiculturalismo no movimento negro nacional, ao reivindicar o reconhecimento de uma identidade negra:

“A abertura do movimento negro brasileiro à causa de libertação dos ‘novos africanos’, a influência da Teoria da Negritude, os aportes sociológicos que desmistificam o mito da democracia racial e as mudanças na conjuntura nacional que propiciam o debate sobre a unidade nacional, tudo isso forma o contexto sobre o qual se prepara um caminho mais sólido para o desenvolvimento das idéias multiculturalistas” (Gonçalves e Silva, 2000: 85).

Não pretendemos associar o movimento multiculturalista ao Teatro Experimental do Negro, pois sabemos que o multiculturalismo tem sua origem nos Estados Unidos com o movimento dos direitos civis, na década de 1960 e tal discussão foge ao escopo da presente análise. Apontamos a relevância da proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro como precursora dos estudos atuais sobre movimento negro e educação.

Salientamos também que sua relevância social se mantém muito atual, na medida em que a demanda educacional de entidades ligadas ao movimento negro contemporâneo vem de encontro às reivindicações do Teatro Experimental do Negro na década de 1940. Podemos dizer que as políticas públicas e as ações afirmativas – destacando a inserção da temática da história e da cultura

afrobrasileira e africana nas instituições oficiais de ensino (previstas pela Lei 10.639/03), já eram demandas das décadas de 1940 e 1950.

Na dimensão estética, o Teatro Experimental do Negro visava transformar e criar um novo padrão de beleza brasileira. Mesmo com toda uma celebração em torno do símbolo ‘mestiço’, na década de 1940, as mulheres brancas eram hegemônicas nos concursos de beleza. Os concursos de estética promovidos pelo TEN consistiam em mais uma estratégia educativa para reeducar a sociedade brasileira, impregnada pelos padrões europeus, valorizando uma identidade e beleza nacional: a negra.

5.2

A estética negra: ‘Rainha das Mulatas’ e ‘Boneca de Pixe’

“Exaltaram a morena e a lourinha
A mulata também teve a sua vez
Agora chegou a hora da pretinha
Mostrar que também pode ser rainha
Depois de tanto lutar
Conseguimos elevar a nossa cor
Nas artes e nos esportes
A raça negra tem mostrado o seu valor”.³⁵

O TEN, como já apontamos, buscava enaltecer e elevar a auto-estima da mulher negra criando espaços para que ela tivesse maior visibilidade. O Jornal *Quilombo*, freqüentemente, trazia reportagens sobre os concursos de estética promovidos pela entidade e fotografias das candidatas ao prêmio. Com objetivo de promover a valorização social da mulher negra, os concursos de beleza também apresentavam como finalidade enaltecer os predicados de inteligência e personalidade. Estes concursos mereceram destaque da imprensa da época, que abriram espaço e publicaram depoimentos de algumas candidatas ao prêmio: “Só assim será possível despertar maior interesse pelo nosso desenvolvimento eugênico, intelectual, artístico, etc. É tempo de acabar com a mentalidade de que somos incapazes para o exercício de atividades que não sejam à beira do fogão (...)”.³⁶

³⁵ Marchinha composta por Nicanor Tavares e Sebastião Alves para o baile da Boneca de Pixe, em 1950.

³⁶ IPEAFRO, ‘Qual a Boneca de Pixe de 1948?’, *Jornal O Radical*, 21 de abril de 1948. Depoimento da candidata Tamara de Oliveira.

Assim, para as candidatas ao título, os concursos representavam uma forma de mostrar outros atributos e adjetivos que estivessem desvinculados das características de sexualização e demais estereótipas impostas historicamente às mulheres negras. Tais preconceitos foram canonizados sobretudo pela literatura oitocentista e por consagradas letras de música do início do século XX como observamos na composição de Bororó, sugestivamente intitulada ‘Da cor do pecado’ (1939).

“Da Cor do Pecado”

(Bororó)

Este corpo moreno
Cheiroso e gostoso que você tem
É um corpo delgado, da cor do pecado que faz tão bem
Este beijo molhado
Escandalizado que você me deu
Tem sabor diferente
Que a boca da gente
Jamais esqueceu

Quando você me responde
Um as coisas com graça
A vergonha se esconde
Porque se revela a maldade da raça
(...)

Esta composição, de fins dos anos 1930, revela os muitos estereótipos e estigmas atribuídos à mulher negra. Os adjetivos dispensados a esta mulher referem-se a um corpo negro: cheiroso, gostoso, delgado; enaltecendo assim uma sexualização considerada natural da mulher negra. Alguns estudiosos buscam uma explicação para o surgimento de estereótipos, que reforçam determinadas características construídas socialmente, como sendo naturais e congênicas. Um estudo da historiadora Giovana Xavier (2005) sobre a personagem Rita Baiana, na obra *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, mostra uma possível origem destes estigmas.

“Ao tentar encontrar raízes para a estereotipia das mestiças, volto ao rígido sistema patriarcal da escravidão. Desde os tempos coloniais, a imoralidade das mulheres de cor foi argumentação masculina recorrente para justificar a violência sexual dos senhores e associar características físicas a definições de caráter” (Giovana Xavier, 2005: 75).³⁷

³⁷ Xavier, Giovana. *Coisa de Pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina (Rio de Janeiro 1880-1910)*, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

O sistema escravocrata e patriarcal do Brasil Império é tido como o principal espaço de criação e reprodução dos estereótipos direcionados à mulher negra. Cabe salientar, que como enfatiza Giovana Xavier também eram atribuídas aos homens negros escravizados características de sexualização, embora sob o prisma do masculino, o que demonstrava hierarquias de gênero no interior das categorizações raciais. No entanto, em um sistema patriarcal, no qual o homem era o centro da família, a mulher negra era a maior vítima de violência moral e sexual. Ainda hoje, as estatísticas comprovam que a mulher negra – devido ao seu gênero e a sua raça – ocupa a base da pirâmide social.

O depoimento de Abdias do Nascimento (1976), também, aponta o sistema colonial e escravocrata como principal construtor destes estigmas.

“O teatro rebolado sempre incluiu negras e mulatas reboativas em seu elenco, mas, quando é hora de falar em ‘beleza brasileira’, os juízes sempre assumem gostos helênicos. Importam da Europa e da Grécia Antiga os padrões do que é bonito. Pura alienação cultural. Houve críticos esquerdistas fazendo confusão dos concursos com exploração meramente sexual da mulher negra. Essas pessoas não compreendiam, não podiam compreender, a distância que nos separava, qual uma linha eletrificada, de tais preocupações. Pois o alvo de tais concursos era exatamente pôr um ponto final na tradição brasileira de só ver na mulher negra e mulata um objeto erótico, o que vem acontecendo desde os recuados tempos do Brasil-Colônia”. (p: 42).

Para traduzir todo este processo de estigmatização de uma identidade, cuja origem na perspectiva de alguns estudiosos se deu no Brasil-Colonial, Neusa Santos Souza (1983) define a experiência de ser negra e de *tornar-se negra*, o que perpassa por um processo de reconstrução identitária:

“Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (p.17-18).

Neste trecho observamos a experiência de uma mulher negra, como ser negra, dentro de um contexto social de desvalorização racial e de gênero; e o de tornar-se negra, o que perpassa por desconstruir estigmas histórica e socialmente construídos, reelaborando assim uma identidade negra. Assim, os concursos de estética contribuem na reelaboração e na valorização desta identidade massacrada

socialmente, tendo em vista que as mulheres negras são representadas de forma positiva e soberana.

Para a realização da “Rainha das Mulatas” e da “Boneca de Pixe”, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos e Artur Ramos criaram alguns critérios para a inscrição das candidatas. Para poder se inscrever e se candidatar ao título, as mulheres deveriam se encaixar no perfil estipulado pelas lideranças do TEN. Este perfil privilegiava traços fenotípicos (tipo de cabelo, formato dos lábios, etc.), além da escolaridade e da formação intelectual das candidatas. De acordo com Abdias do Nascimento: “Tinha que saber pelo menos falar e conversar” (1988: 112).

O jornal *Quilombo*, de maio de 1950, trouxe uma reportagem, cuja foto da capa foi a eleita “Boneca de Pixe” de 1950, Catty. O artigo, além de apresentar toda a repercussão da festa de coroação e o nome das candidatas ao título, apontou a finalidade do evento: “O certame, tendo a finalidade de promover a valorização social da mulher de cor não poderia se ater apenas à beleza física das candidatas, tendo sido exigido também qualidades morais, predicados de inteligência, requisitos de graça e elegância (p. 100)”³⁸.

A proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro, com estes concursos, mais do que denunciar o imperialismo do padrão de beleza da mulher branca, estava voltada para o reconhecimento de uma identidade negra e esta identidade se processa e se constrói, também, no plano da estética. O objetivo era tornar público o reconhecimento de uma identidade negra, representada de forma positiva e despida de estigmas.

Ao tornar público este padrão estético, o TEN elevou a mulher negra à posição de soberana, tendo em vista que nos Concursos da Miss Brasil, patrocinado pelo Jornal *O Globo*, não incentivavam a participação de mulheres negras, sendo as brancas elevadas ao mais alto título (Elisa Larkin Nascimento, 2003). A vencedora do concurso da Miss Brasil era candidata a representar o Brasil no concurso da Miss Universo.

Os concursos de estética promovidos pelo Teatro Experimental do Negro não tiveram vida longa, sendo extintos em 1950, pois muitos intelectuais e representantes da sociedade brasileira não compreenderam a natureza pedagógica dos mesmos. No entanto, mesmo suspensos, o Teatro não deixou de reconhecer na

³⁸ IPEAFRO, ‘Catty, a ‘Boneca de Pixe de 1950’, *Jornal Quilombo*, maio de 1950.

estética um veículo educativo importante de conscientização de uma identidade negra e de uma mudança nos padrões nacionais de beleza. Na perspectiva de Elisa Larkin Nascimento (2003):

“(…) Discutir o que é beleza brasileira, ou seja, a questão da estética, continuava sendo uma das metas prioritárias do TEN. O sentido didático do seu trabalho dirigia-se à construção de alicerces de auto-estima para a população negra e também à ‘reeducação do branco’ no desafio de repensar as implicações mais profundas, racistas e exclusivistas, dos padrões de estética então vigentes (p. 300)”.

Como apontamos em discussão anterior, ao tornar público o reconhecimento de uma identidade negra, o TEN encontrou barreiras ideológicas, pois para o imaginário da sociedade brasileira da época, o negro já estava incorporado à nacionalidade brasileira na figura do ‘mestiço’, assim como o índio e o europeu. No entanto, para o TEN, a imposição de uma identidade e de uma estética negras perpassa por redefinir este imaginário social e atribuir a negritude ao povo brasileiro.

Mesmo com o término dos concursos, esta temática da estética manteve-se nas discussões do TEN. Em 1950, no Iº Congresso do Negro Brasileiro (1950), Ironides Rodrigues apresentou um trabalho intitulado “A estética da negritude”. A ‘estética’, dentro de uma perspectiva mais artística, foi um dos temas abordados neste conclave, visando à valorização social do homem negro através de distintas formas de expressão: literatura, poesia, teatro, artes plásticas.

5.3

O Iº Congresso do Negro Brasileiro (1950)

O Iº Congresso do Negro Brasileiro (CNB) realizado entre 26 de agosto a 04 de setembro de 1950 representou na história do TEN um momento de amadurecimento intelectual de suas lideranças ao propor um conclave, de dimensão nacional, privilegiando as questões e demandas mais prementes da população negra. Ao aliar teoria e prática, este Congresso propunha a criação de ações e medidas concretas para combater o racismo e a discriminação na sociedade brasileira. Para tanto, foi elaborado um temário³⁹ na Conferência Nacional do Negro a ser discutido no Iº Congresso do Negro Brasileiro.

³⁹ O Jornal Quilombo nº 03 (1949: 05) publicou na íntegra o temário elaborado para a realização do Iº Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Ver reportagem em anexo.

Ao tornar pública a questão racial, em nível nacional, o Teatro Experimental do Negro mereceu destaque na mídia impressa da época com uma declaração de Alberto Guerreiro Ramos no *Diário de Notícias*, poucos dias antes da inauguração do Congresso:

“O Iº Congresso do Negro Brasileiro é um conclave de objetivos culturais e científicos. Pelo seu regimento são vedadas manifestações partidárias de qualquer natureza. Só serão discutidos os temas previstos em sua agenda largamente divulgada pelo país. Tomam parte no congresso sociólogos, antropólogos, escritores, críticos de arte, membros filiados à Igrejas Evangélicas, católicas, às tendas espíritas, aos terreiros, operários domésticas, representantes de associações de homens de cor e o povo em geral”.⁴⁰

O Congresso recebeu um total de 13 trabalhos⁴¹, apontando distintas perspectivas e leituras sobre o negro na sociedade brasileira. A temática das empregadas domésticas foi levantada por Guiomar Ferreira de Matos, reforçando uma discussão já travada pelo TEN, sobretudo no *Quilombo*, com a figura de Maria Nascimento e sua coluna ‘Fala a Mulher’.

Com objetivos bastante definidos, o TEN buscou imprimir uma abordagem científica com relação aos estudos sobre o negro, criticando, assim, as abordagens tradicionais, que representavam o negro como folclore. O depoimento de Abdias do Nascimento numa reportagem do *Jornal Quilombo* ilustra os propósitos científicos do Congresso:

“O Iº Congresso do Negro pretende dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida da nossa gente. Sempre que se estudou o negro, foi com o propósito evidente ou a intenção mal disfarçada de considera-lo um ser distante, quase morto, ou já mesmo empalhado como peça de museu. Por isso mesmo o Congresso dará uma importância secundária, por exemplo, às questões etnológicas, e menos palpitantes, interessando menos saber qual seja o índice cefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não, do que indagar quais os meios que poderemos

⁴⁰ (IPEAFRO) ‘Instala-se no sábado o Iº Congresso do Negro Brasileiro’, *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1950.

⁴¹ 1) ‘A criminalidade entre os negros’ e ‘Análise de sonhos de negros’ de Roger Bastide; 2) ‘Princesas africanas no Brasil’ de Gilberto Freyre; 3) ‘Aspectos periódicos da discriminação racial’ de Afonso Arinos de Melo Franco; 4) ‘A regulamentação da profissão de doméstica’ de Guiomar Ferreira de Matos; 5) ‘Escravidão e emancipação num município de São Paulo’ de Oraci Nogueira; 6) ‘O negro e as artes plásticas’ de Mário Barata; 7) ‘O negro e a arte moderna’ de Mário Pedrosa; 8) ‘O negro no folclore nordestino’ de Luís da Câmara Cascudo; 9) ‘A estética da negritude’ de Ironides Rodrigues; 10) ‘O negro e o folclore’ de Edison Carneiro; 11) ‘O negro na Amazônia’ de Charles Wagley; 12) ‘A UNESCO e a questão racial’ de Guerreiro Ramos; 13) ‘A grupoterapia e as relações de raça’ de Guerreiro Ramos.

lançar mão para organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade”.⁴²

Neste aspecto, não abandonando os objetivos precípuos do TEN de combater o racismo e buscar o reconhecimento de uma identidade negra, o congresso tinha como propósito pedagógico criar meios para elevação intelectual do negro na sociedade. Para tanto, sugere a criação de associações e instituições que beneficiem a comunidade negra nos aspectos econômico, cultural e social. Ao convocar a participação da sociedade, lideranças e acadêmicos no Congresso, o TEN buscou mais uma vez tornar pública a questão racial e lançar ações concretas, visando uma transformação na estrutura social.

No entanto, algumas correntes de pensamento divergentes surgiram no interior do congresso, ilustrando a complexidade desta discussão e das relações entre academia e militância. Uma delas foi a corrente coordenada pelo etnólogo Edison Carneiro, com a participação do antropólogo Darcy Ribeiro e do sociólogo Costa Pinto. Este último, patrocinado pela UNESCO, publica um livro intitulado *O negro no Rio de Janeiro*, no qual atribui ao movimento negro uma ‘falsa consciência’ com relação à discriminação racial no Brasil. De acordo com Elisa Larkin Nascimento (2003):

“Esse grupo, de orientação teórica marxista, procurava dar um rumo acadêmico ao Congresso, já que o negro não teria legítimas reivindicações políticas ou sociais específicas. Edison Carneiro exemplificava essa postura ao afirmar, que a idéia da organização política na comunidade negra significava importar a solução norte-americana e a noção da cultura negra ou africana no Brasil moderno, como valor corrente e dinâmico, constituía um saudosismo ilusório” (p. 267).

Em contra-partida, uma outra corrente intelectual, composta por Aguinaldo Camargo, Abdias do Nascimento, Sebastião Rodrigues Alves, Ironides Rodrigues, Guiomar Ferreira de Mattos, Arinda Serafim e Maria de Lourdes, propunha tratar das necessidades específicas, sociais, políticas e culturais da população negra. Até o encerramento do Congresso estas divergências entre acadêmicos e militantes se mantiveram na pauta de discussões e foram parar nas páginas de um importante jornal carioca:

⁴² IPEAFRO, Iº Congresso do Negro Brasileiro, *Jornal Quilombo*, janeiro de 1950, v.02, nº 05.

“Existe ou não existe preconceito no Brasil? Inexiste: 1) negros filhos de negras com brancos, são reconhecidos, estimados e até adotados pelos pais, principalmente se estes são portugueses; 2) as leis brasileiras, feitas pelos brancos, são indistintamente aplicadas a brancos e pretos, quer na garantia de direitos quer na fixação de obrigações (...) 5) não há ódio racial no Brasil. Existe: 1) não é preciso linhar negros para se reconhecer que há preconceito; 2) a própria realização do Congresso do Negro (com ajuda financeira do governo branco, por sinal) mostra que o preconceito existe; 3) escritores, jornalistas e outros intelectuais brancos são os que estudam problemas dos pretos e estes se têm desinteressado, ou silenciado por mero comodismo (...) 4) há hotéis, colégios e associações grã-finas que não recebem negros”.⁴³

Para tanto, foi elaborada uma Declaração de Princípios⁴⁴, cujo propósito cumpria com os objetivos precípuos do Congresso: lançar diretrizes fundamentais do movimento nacional de recuperação econômica e social da comunidade negra. O Congresso recomenda a formação de Institutos de Pesquisas, públicos e particulares, tendo em vista o estudo das reminiscências africanas no País. No entanto, condena, que estas instituições se pautem num exclusivismo racial, o que levaria a um separatismo racial na sociedade. A criação de Institutos de Pesquisas sobre o negro já fazia parte dos propósitos pedagógicos do TEN. Em 1949, um ano antes da realização do Iº CNB, um jornal carioca⁴⁵, anunciou a instalação do Instituto Nacional do Negro (INN), cuja presidência estaria a cargo de Alberto Guerreiro Ramos. O INN atuaria como um departamento de estudos do TEN, cuja metodologia estaria voltada para a realização de seminários e palestras. Contudo, este projeto não chegou a ser concretizado efetivamente.

A elaboração desta Declaração de Princípios não aliviou as divergências internas entre as duas correntes ideológicas formadas durante as sessões. Ao contrário, a corrente coordenada por Edison Carneiro não aprovou o teor das recomendações suscitadas no documento e elaboraram uma segunda declaração, que foi rejeitada pela grande maioria da assembléia.

O documento, aprovado democraticamente, sugere a participação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) na realização de estudos e congressos sobre relações raciais no Brasil. O sociólogo Guerreiro Ramos apresentou um trabalho, intitulado “A UNESCO e a questão

⁴³ ‘Solução branca no congresso do negro’, IPEAFRO, *Diário Carioca*, 05 de setembro de 1950.

⁴⁴ Esta Declaração de Princípios encontra-se reproduzida em anexo.

⁴⁵ IPEAFRO, Instalação do Instituto Nacional do Negro (INN), *Jornal Diário Carioca*, 04 de agosto de 1949.

racial”. No entanto, este órgão financiou uma série de pesquisas, sendo consideradas obras clássicas sobre relações raciais, dentre elas a de Costa Pinto⁴⁶.

Mediante tal situação, como nos aponta Elisa Larkin Nascimento (2003): “Guerreiro Ramos e outros intelectuais negros dirigiram-se à UNESCO, publicamente e por telegrama, apontando a tendenciosidade da pesquisa por ela financiada no Rio de Janeiro (p. 274)”. Ainda, acusaram a obra de Costa Pinto de plágio, tendo em vista que o autor utilizou trabalhos originais⁴⁷ apresentados no Iº CNB e os mesmos não foram recuperados (Elisa Larkin Nascimento, 2003).

Tal situação reflete a complexidade das relações entre academia e militância, sobretudo, ao se discutir relações raciais no Brasil. Assim, salientamos a dificuldade das lideranças do TEN em dar continuidade aos seus projetos pedagógicos, num contexto em que a ‘democracia racial’ era visivelmente proclamada na sociedade, servindo de escudo e justificativa para qualquer tentativa de imposição de uma questão racial brasileira.

Após a realização do Iº CNB e com toda uma repercussão na mídia impressa, o TEN teve muitas dificuldades em manter um projeto pedagógico atuante, pois estava evidente que lutar contra uma ideologia fortemente enraizada na sociedade, implicaria um separatismo racial não almejado pelo TEN. Por outro lado, o pioneirismo da entidade está justamente no fato de exigir uma identidade negra, dentro de contextos e cenários em que a nacionalidade brasileira era celebrada como mestiça.

⁴⁶ A obra citada é de COSTA PINTO, L. A da. *O negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998 (Primeira edição da Companhia Editora Nacional, 1953).

⁴⁷ Muitos destes trabalhos apresentados no Iº CNB podem ser contemplados no livro: NASCIMENTO, Abdias do. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: GRD, 1968.